LEI 1.126, DE 28 DE JANEIRO DE 2014

CRIA O **CONSELHO** DE **FISCALIZAÇÃO** E **ACOMPANHAMENTO** DO **FUNDO MUNICIPAL** DE INVESTIMENTO A QUE SE LET REFERE COMPLEMENTAR **ESTADUAL** Nº 712, DE 13 DE SETEMBRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARÉ, Estado do Espírito Santo. Faço saber que a Câmara Municipal de Jaguaré aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

- **Art. 1º** Fica criado o Conselho Municipal de Fiscalização e Acompanhamento do Fundo Municipal de Investimentos beneficiário dos repasses provenientes do Fundo CIDADES, órgão permanente, deliberativo e consultivo, vinculado à Secretaria Municipal de Finanças.
- **Art. 2º** Fica constituído nos termos do art. 8º da Lei Complementar Estadual nº 712, de 13 de setembro de 2013, o Conselho Municipal de Fiscalização e Acompanhamento do Fundo Municipal de Investimentos beneficiário dos repasses provenientes do Fundo CIDADES, órgão permanente, deliberativo e consultivo, vinculado a Secretaria Municipal de Finanças.
 - **Art. 3º** São atribuições do Conselho:
 - I fiscalizar a aplicação dos recursos;
 - II realizar avaliações semestrais sobre aplicação dos recursos; e
- III elaborar relatório sobre aplicação dos recursos e avaliação, no mês de março de cada ano, para envio ao legislativo municipal e estadual.
 - Art. 4º O Conselho será composto da seguinte forma:
 - I 01 (um) representante da sociedade civil organizada;
 - II 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal; e
 - III 03 (três) representantes do Poder Executivo Municipal.
- **Art. 5º** Os membros do Conselho serão indicados pelas áreas representadas e designados por ato do Prefeito Municipal.
- **Parágrafo único**. O Secretário Municipal de Finanças será membro nato do Conselho e os demais representantes do Poder Executivo serão indicados pelo Prefeito Municipal, sendo preferencialmente das áreas de planejamento/fazenda, administração e auditoria.
- **Art. 6º** O mandato para membro do Conselho Municipal de Fiscalização e Acompanhamento do Fundo Municipal de Investimentos beneficiário dos repasses provenientes do Fundo CIDADES será considerado relevante serviço prestado ao Município e não será remunerado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

-

<u>Gabinete do Prefeito Municipal de Jaguaré/ES, aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze (28.01.2014).</u>

Rogério Feitani Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Gabinete desta Prefeitura, na data supra.

Eliana Salvador Ferrari Secretária de Gabinete

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Prefeitura Municipal de Jaguaré.